

# **A violência como potência econômica: acumulação primitiva, guerras e poder de Estado no capitalismo<sup>1</sup>**

**Rômulo André Lima<sup>2</sup>**

Sessões ordinárias

Área: Estados e nações face à nova configuração do capitalismo

Subárea: Estado e economia capitalista

## **Resumo**

Com objetivo de explicitar a importância que as relações entre política e economia têm para o pensamento marxiano, este artigo analisa a chamada acumulação primitiva e busca situar o lugar ocupado por esse processo na teoria de Marx sobre o capital. Sob o mesmo ponto de vista, aborda-se a questão das guerras, momento extremo das relações de poder, e sua ligação com os determinantes centrais da sociabilidade humana. Em todo o texto, procura-se ressaltar o papel desempenhado pelo poder de Estado que, como instância de condensação das forças políticas e da violência na sociedade, atua de maneira decisiva para o funcionamento do sistema capitalista.

**Palavras chave:** acumulação primitiva; guerras; poder de Estado; política e economia, Marx.

## **Abstract**

To show the importance that the interactions between politics and economy has to the marxian thought, this paper analyses the so called original accumulation and seeks to situate this process in the Marx's theory of capital. By the same point of view, the text highlights the war as an extreme moment of the power relations and shows its link with the central determinants of the human sociability. It's also underlined the role played by the state power which, as the instance within is concentrated the political forces and the violence in the society, acts in a decisive manner to the functioning of the capitalist system.

**Keywords:** original accumulation; wars; state power; politics and economy, Marx.

---

<sup>1</sup> Trabalho submetido ao XV Encontro Nacional de Economia Política promovido pela Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).

<sup>2</sup> Doutorando em Economia na Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro dos grupos de pesquisa *Teoria Social e Crítica Ontológica e Regulação e Trabalho*.

# A violência como potência econômica: acumulação primitiva, guerras e poder de Estado no capitalismo

Rômulo André Lima

## 1. Introdução

Na seção *Formas que precedem à produção capitalista*, contida nos *Grundrisse* (2007), e no capítulo XXIV do Livro Primeiro de *O capital* (1984), Marx aborda de maneira singular o tema da violência e das relações de poder. Este último texto, que trata do processo de acumulação primitiva, recebe um tratamento mais definitivo, mas é possível encontrar também no primeiro elementos importantes que contribuem para a reflexão sobre as relações entre política e economia na totalidade social. Essas reflexões servem de ponto de partida para esse artigo, cujo objetivo é evidenciar aspectos da perspectiva marxiana com respeito à interação entre forças econômicas e extra-econômicas no capitalismo, argumentando contra as críticas que apontam o pensamento marxista como um paradigma pobre e redutor de todos os fenômenos sociais a um economicismo determinista. Sob o mesmo ponto de vista, será abordada a questão das guerras, momento extremo das relações de poder, e sua ligação com os determinantes centrais da sociabilidade baseada no capital. Em todo o texto, procura-se ressaltar a importância do poder de Estado que, como instância de concentração das forças políticas e da violência, tem atuação decisiva para o funcionamento do sistema capitalista.

## 2. Um olhar sobre a acumulação primitiva

No capítulo XXIV de *O capital*, o penúltimo do Livro Primeiro, Marx apresenta o problema da acumulação primitiva, inicialmente, do ponto de vista lógico. Se a acumulação de capital pressupõe a mais-valia e esta pressupõe a produção capitalista, todo o movimento parece girar num círculo vicioso, “do qual só poderemos sair supondo uma acumulação ‘primitiva’ (*previous accumulation*, em A. Smith), precedente à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida” (Marx, 1984, p. 261). Logo de início, portanto, é possível visualizar o objeto de estudo do autor nesse ponto da obra: a transformação de relações não capitalistas em

relações capitalistas de produção. Esse processo geral, entretanto, não aparece como mero desenvolvimento lógico de uma economia pré-capitalista, mas como resultado de uma transformação histórica que, por meio de um conjunto de forças extra-econômicas, operou uma mudança decisiva na organização da sociedade. Diante disso, é importante analisar e esclarecer o significado preciso do processo de acumulação primitiva, a fim de melhor delinear as relações entre as esferas da política e da economia na gênese – e também no *modus operandi* – do sistema capitalista.

Ao contrário da maior parte de *O capital*, em que Marx abstrai as forças extra-econômicas para analisar as legalidades econômicas do capital em sua máxima pureza, o autor se detém exatamente sobre os determinantes não econômicos quando aborda o tema da acumulação primitiva. No capítulo em questão, Marx apresenta uma série de eventos históricos que criaram os pressupostos para o surgimento do capitalismo. Estes, a partir do momento em que a produção capitalista se ergue sobre os próprios pés, deixam de fazer parte da sua gênese histórica e se tornam condições postas pelo capital em funcionamento. Assim, as pré-condições que engendraram o novo modo de produção passam a se apresentar como fruto da própria processualidade do sistema constituído.

Para que as relações baseadas na lógica do capital pudessem surgir, a dissolução de relações típicas do feudalismo era indispensável, uma vez que o sistema capitalista emergiu do seio da sociedade feudal. A consolidação do novo modo de produção envolveu dois processos que formam os pólos complementares dessa transformação: de um lado, a separação entre produtores e suas condições objetivas de sobrevivência; de outro, a formação da grande indústria a partir das formas econômicas precedentes.

Desde logo cabe ressaltar uma constatação que é o ponto central de toda a argumentação do autor. Opondo-se à explicação burguesa de que as disparidades entre ricos e pobres decorre da diferença de comportamento entre o homem naturalmente laborioso e aquele naturalmente perdulário, Marx afirma que “na história real, como se sabe, a conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência, desempenham o principal papel” (1984, p. 261-262). Sua análise vai demonstrar que as leis supostamente “naturais” do modo de produção capitalista só puderam entrar em operação a partir de uma série de medidas de força extra-econômica, indispensáveis ao estabelecimento das relações capitalistas.

Para Marx, a acumulação primitiva descreve o processo histórico de separação entre produtores diretos e meios de produção. Esse momento constitui a essência das transformações que desembocam no novo modo de produção, pois representa o aspecto que diferencia o sistema capitalista dos anteriores<sup>3</sup>. Esse fato, entretanto, não é suficiente para a completa gênese histórica do novo modo de produção. Uma vez que os antigos proprietários rurais se tornam livres, ou seja, são expropriados dos meios de produção, não se pode esperar que se convertam imediatamente em proletários urbanos. Para que isso pudesse acontecer, foi necessária a conformação de uma nova dinâmica produtiva por meio da qual os enormes contingentes expropriados puderam ser assimilados como trabalhadores assalariados da grande indústria.

Assim, em um dos pólos, tem-se a expropriação da população rural de sua base fundiária, dos meios de produção. No outro, a transformação das condições objetivas de produção em capital, com o nascimento da grande indústria. E, ligando os dois momentos, a conformação das relações de produção tipicamente capitalistas, um processo que levou séculos para ser consolidado. Quanto ao primeiro aspecto, ao analisar o que chama de caso clássico, a Inglaterra<sup>4</sup>, Marx ressalta que a maior parte da população rural era de pequenos proprietários que lavravam a própria terra e utilizavam as terras comuns para extrair uma parte de sua subsistência. Não eram ricos, mas viviam confortavelmente, de modo que “a expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo” (1984, p. 263). O maior impulso para isso, segundo Marx, foi dado, na Inglaterra, pelo florescimento da manufatura flamenga e a conseqüente alta dos preços da lã. Logo, percebe-se na argumentação do autor que o evento que forma a base de todo o processo foi

---

<sup>3</sup> Em formações sociais que precedem o modo de produção capitalista, os produtores diretos se relacionavam com as condições objetivas de subsistência como possuidores, proprietários ou co-proprietários. Cf. Marx, 2007.

<sup>4</sup> Ao longo da exposição sobre a acumulação primitiva, Marx atribui às ações extra-econômicas, principalmente as de força coercitiva, um papel preponderante na transformação das relações que deram origem à da produção capitalista na Inglaterra, o que chama de “forma clássica” (1984, p. 263). O autor compara, em uma nota de pé de página, o caso inglês com a Itália, onde o fim da servidão não proporcionou aos camponeses qualquer direito sobre a base fundiária. O êxodo para as cidades dessa população emancipada foi, por outro lado, seguido de um refluxo ao campo quando da decadência das cidades italianas em face da proeminência ibérica no comércio marítimo. Quanto ao classicismo do caso inglês, Lukács ressalta que há “uma diferença qualitativa entre o caso no qual a violência é um momento, é órgão executivo do desenvolvimento direto das forças econômicas, e aquele no qual ela cria condições inteiramente novas para a economia, reestruturando diretamente as relações de distribuição” (1979, p. 121). A Inglaterra, portanto, estaria enquadrada no primeiro caso – o que, logicamente, não pode ser universalizado como lei aplicável a todos os contextos históricos.

desencadeado por uma mudança nas condições de produção ainda sob a organização manufatureira pré-capitalista. Mas as mudanças na estrutura produtiva do campo inglês, com a substituição crescente do cultivo agrícola – predominantemente para autoconsumo – pela criação de ovelhas<sup>5</sup>, não poderiam ter ocorrido sem a expulsão violenta dos pequenos proprietários e o cercamento das terras comuns. Esse processo, levado a cabo por meio de fraudes, de uma legislação permissiva e de outros expedientes pouco louváveis, retirou do campo milhares de camponeses, separando-os de suas condições objetivas de trabalho e subsistência. Paralelamente, ao longo de séculos, os antigos arrendatários rurais foram se convertendo em arrendatários propriamente capitalistas, empregando mão de obra assalariada e buscando a valorização do próprio capital por meio da venda de mercadorias no mercado. Marx assim resume o processo:

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros (1984, p. 275).

Em paralelo à liberação dos trabalhadores rurais, os bens de subsistência que alimentavam esses camponeses foram progressivamente transformados em elementos do capital. Uma vez que grande parte da população já não produzia os itens de sua própria subsistência, era preciso adquiri-los no mercado. Além disso, os meios de produção de que dispunham os antigos proprietários também lhes foi alienado ao longo do processo. Como ressalta Marx, nos *Grundrisse*:

O capital não cria as condições objetivas de trabalho. Mas uma vez que sua *formação originária* ocorre simplesmente através do processo histórico de dissolução do antigo modo de produção, o valor existente como *patrimônio-dinheiro* adquire, por um lado, a capacidade de *comprar* as condições objetivas de trabalho, por outro, a de trocar com

---

<sup>5</sup> E, posteriormente, de cereais.

os trabalhadores liberados seu trabalho *vivo* por dinheiro<sup>6</sup> (2007, p.469).

A transformação da agricultura em pasto forçou os trabalhadores rurais a migrar para as cidades em busca de trabalho. Aos poucos, foi se acentuando a divisão entre o campo e as zonas urbanas. Dessa forma, começou a tomar forma um mercado interno nacional, onde eram comercializados como mercadorias os bens de subsistência e as matérias-primas – antes de posse dos produtores diretos, agora convertidos em elementos do capital variável e do capital constante, respectivamente. Quanto a isso, Marx afirma que “somente a destruição do ofício doméstico rural pode proporcionar ao mercado interno de um país a extensão e a sólida coesão de que o modo de produção capitalista necessita” (Marx, 1984, p. 284). O poder estatal influenciou bastante esse processo, entre outras medidas, através de leis que validavam a expropriação e impeliam o campesinato livre ao trabalho assalariado, ora ratificando e ora impulsionando o surgimento de um mercado nacional que tomava a forma capitalista. Com a evolução do processo e o crescimento das manufaturas, uma outra força entra em ação. A burguesia nascente passa a empregar o poder do Estado para regular o salário dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia e para prolongar a jornada de trabalho.

No outro pólo das relações de produção, contribuindo para que o sistema capitalista se estabelecesse como modo de produção dominante, uma nova classe proprietária passou a concentrar os meios de produção e organizar a esfera produtiva em moldes especificamente capitalistas, contratando força de trabalho assalariada para produzir mercadorias e, assim, extrair mais-valia. A transformação do capital usurário e do capital comercial em capital industrial é uma das formas como a acumulação primitiva se processa nesse campo, no qual, como veremos, o poder autoritário e nada “natural” do Estado também funcionou como catalisador e indutor das mudanças.

Entre os fatores que impulsionaram a formação do capital industrial a partir das formas anteriores (baseadas na manufatura, no comércio e na usura), Marx enumera: a expansão das redes mercantis com o encontro do continente americano, a descoberta de ouro e prata nesses territórios, a conseqüente disputa entre os países pelas posições

---

<sup>6</sup> A tradução dos trechos citados de obras sem publicação em português foi feita livremente pelo autor deste artigo.

comerciais, a criação de um amplo sistema colonial e o crescimento das dívidas públicas. “Sistema colonial, dívidas do Estado, peso dos impostos, proteção, guerras comerciais etc., esses rebentos do período manufatureiro propriamente dito se agigantam durante a infância da grande indústria” (Marx, 1984, p. 290).

As sociedades comerciais que exploraram o monopólio estatal no comércio com as colônias foram poderosas alavancas de concentração de capital. O tesouro extraído das colônias se transformava em capital nas metrópoles onde florescia a indústria. A expansão do comércio impulsionou a formação de indústrias que passaram a abastecer as colônias e outros países. Marx pontua: “hoje em dia, a supremacia industrial traz consigo a supremacia comercial. No período manufatureiro propriamente dito, é, ao contrário, a supremacia comercial que dá o predomínio industrial” (1984, p. 288). De onde se pode inferir que as guerras entre os Estados por posições comerciais privilegiadas para seus agentes econômicos desempenharam um papel fundamental no processo de extração, transferência e concentração de riquezas.

Concomitantemente, a atividade estatal deu margem à expansão em proporções inéditas de um negócio milenar: a usura. O sistema colonial e a guerra comercial entre as nações proporcionaram o terreno fértil para o crescimento dessa atividade. “A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva. Tal como o toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital” (Marx, 1984, p. 288). Com isso, afirma-se o capital bancário, fonte de crescimento exponencial da acumulação capitalista.

Com as dívidas do Estado surge um sistema internacional de crédito, que freqüentemente oculta uma das fontes da acumulação primitiva neste ou naquele povo. Assim, as vilezas do sistema veneziano de rapina constituem uma das tais bases ocultas da riqueza de capital da Holanda, à qual a decadente Veneza emprestou grandes somas de dinheiro. O mesmo passou-se entre a Holanda e a Inglaterra. (...) Uma relação análoga existe hoje entre a Inglaterra e Estados Unidos (Marx, 1984, p. 289).

Também o protecionismo foi uma forma de capitalizar as empresas nacionais e “encurtar violentamente a transição do antigo modo de produção para o moderno” (Marx, 1984, p. 289-290), fazendo com que uma nova estrutura produtiva se organizasse

aproveitando as condições criadas para o estabelecimento da grande indústria capitalista. Essa transição, em algumas passagens do capítulo XXIV, é caracterizada por Marx como artificial<sup>7</sup>. Isso decorre de um aspecto central na compreensão do autor acerca do surgimento do novo modo de produção. Para Marx, o sistema capitalista não é uma evolução natural da economia feudal que amadureceu primeiramente na Inglaterra, mas sim o produto de uma mudança não espontânea na base de reprodução material da sociedade. Em outras palavras, não há um desenvolvimento linear no qual o capitalismo é um ponto de chegada, para o qual tende a evolução das relações sociais em grau crescente de comercialização. A luta secular entre diferentes classes de agentes econômicos paulatinamente transformou as condições de reprodução material da sociedade e produziu uma nova conformação econômica baseada em uma distribuição específica de poder entre essas classes, que também se transformaram ao longo do processo. Sem a violência e a luta política que caracteriza o processo de acumulação primitiva, o capitalismo não teria surgido naturalmente.

Na demonstração dessa historicidade se joga o objetivo político e epistemológico de toda a obra teórica de Marx (...). A nova ordem pressupõe o desordenamento das relações anteriores. A ordem se estrutura a partir da violência, não existe ordem natural. A “paz” em geral não é mais que o domínio burguês (Kohan, s.d.a<sup>8</sup>, p. 204).

A gênese do capitalista industrial é o pólo complementar da liberação dos trabalhadores rurais de seus meios objetivos de produção, transformando a produção manufatureira em capitalista e possibilitando a absorção dos trabalhadores expropriados do campo como assalariados urbanos. Porém, não bastava que as condições objetivas de produção estivessem na forma de capital, de um lado, e os trabalhadores “livres”, de outro, para que o capitalismo pudesse operar espontaneamente. Foi necessária uma coerção

---

<sup>7</sup> Marx compara o florescimento do comércio a partir do sistema colonial com a criação de plantas em estufa. Cf. Marx, 1984, p. 287.

<sup>8</sup> Dois textos de Kohan foram acessados em formato eletrônico, sem correspondência de formatação com os livros editados e impressos. Nas versões consultadas, não consta data de publicação. Como de praxe nesses casos, as referências aparecerão com a nota “s.d.” – *sem data*. Já que mais de uma obra do mesmo autor utilizada ao longo do trabalho se enquadra nessa situação, utilizaremos a diferenciação “a” e “b” para cada texto citado. Assim, fica-se com a referência “s.d.a” e “s.d.b”. Um terceiro texto do mesmo autor, também em formato eletrônico, foi consultado. Neste caso, porém, consta data de publicação, com o que a referência será feita regularmente: Kohan (2005).



sistemática da população para “educar” a massa de expropriados e transformá-los em trabalhadores assalariados, consolidando as relações tipicamente capitalistas de produção. As legislações inglesa e francesa dos séculos XVI, XVII e XVIII, como documenta Marx (1984), estão repletas de medidas que tinham por fim punir os pobres que não trabalhavam e forçá-los a se adequarem às exigências laborais da manufatura e da indústria nascente.

Está historicamente comprovado que essa massa tentou em princípio este último [a mendicância, o vagabundeio e o roubo], mas que foi empurrada fora de essa via, por meio da força e do chicote, ao estreito caminho que leva ao mercado de trabalho; de tal modo que os *governos*, Henry VII, VIII etc., aparecem como condições do processo histórico de dissolução e como criadores das condições para a existência do capital (Marx, 2007, p. 470).

Através da coerção oficial operada pelo Estado, mas também por meio de inúmeros expedientes repressivos empregados por aqueles que passaram a concentrar os meios de produção, a população dos países onde nascia o capitalismo foi obrigada a se adaptar ao novo padrão econômico. Somente com a “evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes” (Marx, 1984, p. 277). A naturalização das relações capitalistas oculta a violência de que são resultado, mas não elimina o uso esporádico, quando necessário, de meios extra-econômicos para manter a regularidade dessas condições de produção. “Violência extra-econômica direta é ainda, é verdade, empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, o trabalhador pode ser confiado às ‘leis naturais da produção’” (Marx, 1984, p. 277). Quando se faz necessária uma readaptação da dinâmica produtiva em prol de novas necessidades expansivas do capital – ou quando a ordem política e econômica vigente se vê ameaçada de algum modo –, as forças que operam e se aproveitam da sociabilidade capitalista precisam estar prontas para manejar autoritariamente as relações políticas (inclusive por meio da violência) em proveito dos interesses econômicos dominantes.

Como analisa Marx, a reorganização da velha sociedade feudal em função da lógica capitalista é ampla e não se resume à expropriação dos trabalhadores rurais, de um lado, e a gênese do capitalista industrial, de outro, mas envolve em seu bojo inúmeros aspectos, entre

os quais estão a criação de nova dinâmica de circulação das mercadorias e o financiamento da produção, por exemplo. O momento essencial do processo, entretanto, não deixa de ser a separação entre trabalhadores e meios de produção. Esse fato marca a diferença fundamental do sistema capitalista com relação aos modos de produção anteriores, em que os indivíduos se relacionavam com as condições objetivas de trabalho como possuidores, proprietários ou co-proprietários. É somente através da exploração da força de trabalho que o capitalista pode extrair a mais-valia. Isso só pode ocorrer a partir do momento em que o trabalhador livre se coloca no mercado como vendedor da força de trabalho. Nas transformações que deram origem ao modo de produção capitalista, o uso da violência e do poder político (sobressaindo-se aí a participação do Estado) foram condições indispensáveis para a formação do proletariado, para o surgimento do capital industrial<sup>9</sup> e também para operar as mediações necessárias à consolidação das relações capitalistas. Referindo-se ao sistema colonial, à dívida pública e ao sistema protecionista dos Estados que se industrializavam, Marx argumenta que todos esses processos

(...) utilizaram o poder do Estado, *a violência concentrada e organizada da sociedade* para ativar *artificialmente* o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista *e* para abreviar a transição. A violência é parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. *Ela mesma é uma potência econômica* (1984, p. 286, grifos meus).

Considerando o papel decisivo operado pelas forças extra-econômicas nesse processo, aparece claramente um aspecto muitas vezes desconsiderado na teoria marxiana: o fato de que o capital pressupõe e reproduz sempre relações de poder. O poder político não apenas participa da acumulação primitiva nos seus pólos complementares, mas atravessa o conjunto formado pelos dois, a própria relação-capital: a relação entre produtores e apropriadores. “Se isto é certo, o poder é o âmbito das relações de forças – que atravessam tanto as relações sociais como as relações políticas – onde se produzem e reproduzem novas relações a partir da ruptura das anteriores” (Kohan, s.d.a, p. 194).

---

<sup>9</sup> O termo *capital industrial* não se restringe ao tipo fabril de produção, englobando também a produção rural em bases capitalistas.

A análise da acumulação originária evidencia as relações de poder que estão na base e constituem a relação-capital. Por isso é indevido supor que Marx não tem uma teoria do poder, ou que esta é uma lacuna insuperável no seu pensamento. O capítulo XXIV do Livro Primeiro de *O capital* trata exatamente de relações extra-econômicas que são partes constitutivas do modo de produção capitalista. A partir disso, pode-se extrair uma série de conclusões no que diz respeito à relação entre economia, poder e Estado no capitalismo.

É significativo que Marx, em *O capital*, opte por expor todo o processo lógico de transformação de dinheiro em capital e de capital em mais-valia antes de tratar da sua gênese histórica. De fato, é somente depois de consolidar o nível de abstração referente ao processo de produção do capital (na chamada “lei geral de acumulação capitalista”, capítulo XXIII) que o autor se detém sobre a acumulação primitiva. Lukács (1979) argumenta que a decisão de apresentar de modo completo as legalidades econômicas antes da gênese histórica se deve ao próprio método utilizado por Marx: a abstração da própria economia em relação a todos os complexos não econômicos que constituem a totalidade social. Essa abstração visa a expor de maneira adequada as legalidades que operam nesse nível particular da realidade, livre das múltiplas interações com as demais legalidades que, dialeticamente, compõem o concreto.

Na sua crítica à Economia Política, portanto, Marx isola a esfera econômica das determinações extra-econômicas, mas isso significa tão somente que sua análise se desenvolve buscando a compreensão desse nível da realidade particular para, uma vez compreendido em sua legalidade imanente, colocá-lo progressivamente em contato com as determinações concretas da totalidade, relacionando-o com os demais complexos que formam o todo social. Em outras palavras, em *O capital*, Marx abstrai a economia capitalista como forma de compreendê-la em sua pureza, mas, ao longo da obra, aproxima as determinações abstratas da esfera econômica da realidade concreta. Assim, podemos dizer que todos os mecanismos de violência, de poder, de coerção não estão propriamente ausentes da análise econômica marxiana, mas que estão pressupostos em *O capital*. Uma leitura economicista dessa obra leva a crer que a violência é externa ao modo de produção capitalista. Ou, na melhor das hipóteses, está confinada, junto com a esfera política, ao nível da superestrutura.

O que nos fica como resultado, então? A violência e o poder de um lado, o mercado do outro; a política de um lado e a economia do outro. Reproduz-se dessa maneira a velha dicotomia de origem liberal e cunho jusnaturalista que essencialmente dividia economia de um lado e política e poder de outro (Kohan, s.d.b, p. 212).

Uma leitura economicista de *O capital* pode sustentar ainda que a violência e o poder formam parte apenas da gênese histórica do capitalismo e que, uma vez atingida a maturidade, o sistema não necessita desses expedientes para se reproduzir. Porém, tanto a emergência histórica do modo de produção capitalista quanto o funcionamento “natural” das leis “objetivas” da economia não é independente das relações de poder, uma vez que “sem relações de poder não há relações de produção” (Kohan, s.d.b, p. 215).

Se um dos principais objetivos teóricos de Marx é explicitar o caráter histórico – não eterno – do modo de produção capitalista e, com isso, reivindicar a possibilidade de superação dessa ordem, torna-se evidente que as leis “naturais” de produção capitalista não são tão “naturais” assim. É com ironia que o autor se refere à suposta “naturalidade” dessas leis, também por isso não se deve entendê-las no sentido de uma lei positivista. Em outras palavras, a história não está predeterminada, não segue um curso natural e isento de contradições. A história é construída através da interação social dos homens que se organizam voluntária e involuntariamente em classes a partir da estrutura econômica herdada do passado. O próprio capitalismo é conformado no interior desse processo de disputa pelo controle dos meios de produção e da riqueza social. Essa luta de classes, não raro, envolve meios violentos para afirmação dos poderes. As legalidades próprias de cada modo de produção operam, portanto, sempre a partir de uma determinada relação de forças entre as classes no plano da reprodução material, uma estrutura herdada do período anterior. Desse modo, se o funcionamento das leis econômicas do capital não é independente da luta de classes, pode-se sustentar que *O capital* é um livro sobre economia, sim, mas também sobre política.

Se em *O capital* não houvesse, ao mesmo tempo, relações de poder e política – ainda que abordadas em níveis particulares de análise –, como compreender a declaração de Marx (1984, p. 286) ao afirmar que “[a violência] ela mesma é uma potência econômica”? Constata-se então que a relação contraditória entre as classes, a luta política, atravessa cada uma das categorias econômicas de *O capital*.

As categorias centrais da análise econômica de Marx em *O capital*, tais como valor, mercadoria, dinheiro, capital, salário, mais-valia, lucro e renda, constituem categorias que *expressam um aspecto relacional*, e dão conta das relações sociais que os homens estabelecem para resolver em uma organização histórica particular, o capitalismo, a produção social (...) Aquelas categorias são expressão de relações entre classes sociais (Osorio, 2004, p. 98).

A política, portanto, não pode estar reclusa de modo reificado na instituição estatal nem nos partidos políticos. Essas instituições, embora pareçam autônomas, estão fundadas em relações sociais conflitivas, expressando-as de sua própria maneira, em sua própria legalidade e em face às determinações concretas da totalidade social, que articula orgânica e dialeticamente os momentos econômicos e extra-econômicos.

“O capitalismo, todo o tempo, à medida que vai se renovando e reproduzindo em escala ampliada, necessita da violência” (Kohan, s.d.b, p. 250). E se necessita da violência, necessita do Estado, já que este é a instância onde se concentram os poderes de coerção da sociedade moderna. O capitalismo, por um lado, reproduz permanentemente a expropriação dos produtores diretos ao negar a possibilidade de uma produção voltada às necessidades sociais; por outro, precisa constantemente ampliar seu território de dominação, submetendo todas as esferas da sociedade à sua lógica imanente e estranhada dos indivíduos. Se as relações sociais que estruturam a sociedade capitalista são atravessadas desde sua origem por relações de poder, estas precisam ser entendidas como parte integrante da própria estrutura do capital.

Se não fosse assim, a repressão seria apenas “um pecado de juventude” e depois teria sido abandonada, mas não. No capitalismo, ela volta periodicamente porque a cada vez que se aprofunda a subsunção real do trabalho ao capital (que não se dá de uma vez para sempre como se se pudesse passar da subsunção formal à real do trabalho ao capital de uma vez por todas), reproduzindo-se como um processo permanente na história. Onde o capital quer avançar e conquistar novos territórios sociais, necessita da violência porque não conquista esses territórios (não apenas geográficos, como também sociais) sem violência e sem poder (Kohan, s.d.b, p. 225).

A luta de classes, portanto, não está circunscrita à esfera da disputa partidária e da luta pelo poder de Estado, mas também se faz presente ao atravessar as relações sociais de produção. Por isso, não se pode entender a luta de classes como uma instância externa às legalidades econômicas, que legitima uma determinada configuração de produção. Ela não é algo que vem de fora, por cima, para oficializar um modo de produção maduro e previamente constituído. As relações de poder, das quais o Estado é parte importante, atravessam toda a sociedade. Como consequência, é indevido pensar no Estado como um mero comitê executivo da burguesia, sem mais determinações, assim como é incorreto restringir as relações de poder unicamente ao âmbito estatal. Caso se procedesse assim,

o poder acabaria sendo coisificado e apareceria como uma propriedade exclusiva do aparelho de Estado, caindo-se em uma concepção fetichista deste, que por outro lado o próprio Marx vinha questionando insistentemente desde sua juventude (tanto em sua crítica da reconciliação ética hegeliana através do Estado como em seu questionamento da "emancipação meramente política", no debate com Bauer)<sup>10</sup> (Kohan, s.d.a, p. 187).

No outro extremo da interpretação economicista, que lê em *O capital* apenas a descrição das legalidades econômicas e que deriva todo o resto (formas jurídicas, políticas e de consciência) diretamente a partir delas, está a visão metafísica do poder como um atributo transcendental, trans-histórico e autônomo que a tudo determina, submetendo a própria economia a seus imperativos universais. A abordagem de Marx, pelo contrário, entende

por “poder” não uma coisa cristalizada, mas sim uma relação; não uma instância hipostasiada que a tudo abarca, sem nome, sobrenome e sem história, mas uma instância inscrita nas relações sociais de uma formação econômica social historicamente determinada (Kohan, s.d.b, p. 250).

Uma das consequências da fetichização do poder é atribuir-lhe exclusivamente a uma entidade solidificada, o Estado. Isso leva a outro fetichismo, o do Estado. “Em que

---

<sup>10</sup> O autor se refere às obras *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (2005) e *A questão judaica* (1991) nas quais Marx elabora uma crítica ao sistema hegeliano e trata das relações entre religião, política e emancipação, respectivamente.

consiste então o fetichismo do Estado? Em concebê-lo como uma instituição separada e cindida das relações sociais de produção, de poder e de forças entre as classes” (Kohan, s.d.b, p. 250). Marx argumentou que “é (...) uma falsa abstração considerar uma nação, cujo modo de produção repousa no valor e que, além disso, está organizado capitalisticamente, como sendo um corpo coletivo que trabalha apenas para as necessidades nacionais” (1985, p 293). Da mesma forma, acrescentamos, é uma abstração indevida considerar uma nação como um corpo coletivo que trabalha em nome de uma suposta “razão de Estado”, como um interesse estatal definido por si mesmo.

A autêntica compreensão capaz de dar conta da complexidade da totalidade social tampouco está em um meio termo entre as duas visões, que seria igualmente mecânica, supondo que as forças sociais podem ser compartimentadas e constituam realidades autônomas. A concepção marxiana apreende a realidade como um conjunto de determinações que não pode ser separada em blocos apartados, a não ser no plano lógico e através de abstrações que visam a apreender os movimentos de cada complexo social em seus movimentos particulares. O Estado, enquanto aparelho de governo, juntamente com suas armas, são apenas o lado visível do poder, mas este está fundado nas relações sociais entre classes, por mais que a dinâmica da esfera política adquira uma legalidade própria, colocando-se aparentemente como algo exterior aos indivíduos.

Nesse ponto, cabe recolocar uma pergunta: qual o lugar da acumulação primitiva na teoria marxiana? Uma produção em bases capitalistas só pode ocorrer quando trabalhador e capitalista se encontrem no mercado como livres possuidores de força de trabalho, no caso do primeiro, e como proprietários das condições objetivas de produção, no caso do segundo. Mas a existência dessas duas classes tem um pressuposto necessário: a separação entre trabalhadores e suas condições de existência. E para que isso aconteça é preciso que tenha ocorrido um longo processo de violência, enfrentamento, expropriação, disciplina coercitiva e rupturas históricas.

O segredo fundamental da produção capitalista revelado por Marx – segredo que a economia política ocultou sistematicamente, até tornar-se incapaz de explicar a acumulação capitalista – refere-se às relações sociais e à disposição do poder que se estabelecem entre os operários e o capitalista para quem vendem sua força de trabalho” (Wood, 2003, p 28).

Este é o lugar da acumulação primitiva na teoria de Marx. Fugindo da interpretação economicista, conclui-se que o capítulo XXIV de *O capital* não é apenas uma curiosidade histórica, algo superado e que não diz mais respeito à estrutura da sociedade capitalista. A análise da acumulação primitiva é a explicitação da formação da própria essência do capital: uma relação produzida historicamente por meio da privação dos trabalhadores de suas condições objetivas de reprodução, fazendo com que o produto do trabalho humano se apresente como algo estranho ao próprio produtor. Nesse processo, o Estado atuou decisivamente, criando os pressupostos para as relações produtivas capitalistas, fortalecendo os capitais nacionais e criando um ambiente interno de controle para a livre expansão do capital, por exemplo. “Depois de ler Marx, é muito difícil imaginar o nascimento do capitalismo sem o exercício do poder estatal e sem a criação das organizações estatais, que prepararam o terreno para a emergência das relações sociais capitalistas inteiramente desenvolvidas” (Harvey, 2006, p. 92). Essa relação entre poder de Estado e capital persiste e é ampliada quantitativa e qualitativamente a cada avanço do sistema capitalista na colonização de novas esferas da sociedade.

Seria pouco condizente com o pensamento marxiano supor que apenas durante a acumulação originária o Estado e a violência têm papel relevante. O fato de Marx não realizar uma análise do capitalismo em seu pleno funcionamento concreto<sup>11</sup> não significa que ele omitisse a participação do Estado no desenvolvimento das relações capitalistas. A obra teórica de Marx não negligencia, por exemplo, que a dívida pública e o protecionismo de Estado desempenham importante papel na expansão das atividades capitalistas, que é o próprio *leitmotiv* do capital. Com isso em vista, seria incorreto e ingênuo sustentar que, uma vez constituído, o modo de produção capitalista possa dispensar esses recursos. Em suas análises da conjuntura política francesa, por exemplo, Marx não esconde o impulso que os títulos públicos deram ao fortalecimento do capital financeiro<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Uma passagem do Livro III é significativa a respeito disso. Referindo-se à complexa dinâmica do mercado mundial, da circulação de mercadorias entre os países e da possibilidade de crises, Marx declara “Não o fizemos [a análise sobre esses múltiplos fatores] porque o movimento real da concorrência está fora de nosso plano e só queremos apresentar a organização intrínseca do modo de produção capitalista em sua média ideal, por assim dizer.” (Marx, 1985, p. 280).

<sup>12</sup> “O incremento da dívida do Estado interessava diretamente à fração burguesa que governava e legislava através das câmaras. O déficit do Estado era precisamente o verdadeiro objeto das suas especulações e a fonte



Como o funcionamento das leis econômicas está diretamente relacionado às relações de poder e à luta de classes, a processualidade desse modo de produção não pode prescindir da atuação estatal – “a violência concentrada e organizada da sociedade” (Marx, 1984, p. 286). O Estado, portanto, atua como instância de regulação social e de controle das relações de produção, além de desempenhar o papel de agente econômico direto quando o sistema permite e necessita. Essa perspectiva contradiz as abordagens que criticam a teoria marxiana por não incluir em seu sistema relações de poder ou por supostamente confiná-las ao nível da superestrutura.

### **3. Uma perspectiva marxista para as guerras e o poder de Estado**

Compreendido que um modo de produção, além de forma específica de exploração econômica, também implica uma maneira própria de dominação política, deter-nos-emos agora sobre um dos momentos mais dramáticos de toda organização social: a guerra. Ela é a violência extrema, sem disfarces, a exacerbação última da condição de poder, seja em nível local, nacional ou internacional. Está intimamente vinculada à política “convencional”, mas constitui um momento qualitativamente diferente, em que a destruição material e humana é colocada como condição ou como obstáculo para a reprodução humana nas bases sociais vigentes.

Um modo de produção, com toda sua riqueza de determinações históricas (o que envolve, claro, momentos econômicos e extra-econômicos), dita a seu modo os termos por meio dos quais cada formação social produz e reproduz seus meios de sobrevivência. O capitalismo é o primeiro modo de produção que abarca todo o globo terrestre, socializando ao máximo a produção. As relações entre as unidades políticas do planeta são permeadas pelas relações de produção tipicamente capitalistas. Como argumentamos, o capital é mais que uma relação econômica, implica também uma relação de poder, de confronto entre duas classes. Em *O capital*, Marx faz poucos comentários específicos sobre o momento da guerra, referindo-se apenas em alguns pontos às guerras comerciais do período manufatureiro. Entretanto, nos *Grundrisse*, os cadernos preparatórios para *O capital*, no trecho em que o autor aborda as formações sociais que precederam o sistema capitalista e

---

principal de seu enriquecimento. (...) Do mesmo modo que os gastos públicos em geral e os empréstimos do Estado, a classe dominante explorava a *construção de estradas de ferro*” (Marx, [1850] s.d., p. 112-113).

faz considerações sobre a acumulação primitiva, é possível recolher alguns comentários acerca da guerra e seu lugar na sociedade.

Sempre houve guerras. Desde o alvorecer da sociedade, a atividade militar é parte importante da organização dos homens. A guerra, desde o início, é a atividade responsável por garantir à comunidade a posse do principal meio de sobrevivência: a terra.

A terra em si – e não importa que dificuldades ofereça para seu manusear, para sua apropriação real – não oferece obstáculos para que se comporte com ela como com a natureza inorgânica do indivíduo vivo, como com sua oficina, como com seu meio de trabalho, objeto de trabalho e meio de vida do sujeito. As dificuldades que encontra a comunidade só podem advir de outras comunidades que já tenham ocupado essa terra ou que agridem a comunidade em sua ocupação (Marx, 2007, p. 436).

Originariamente, as guerras aconteciam por conta da necessidade de controlar as condições mais imediatas de produção da subsistência, de modo que, desde o início, a organização militar esteve relacionada à propriedade da terra<sup>13</sup>:

A guerra é então a grande tarefa comum, o grande trabalho coletivo, necessário para ocupar as condições objetivas da existência vital ou para proteger e eternizar a ocupação destas. Para tanto, a comunidade composta de famílias se organizam em primeiro lugar para a guerra – como organização militar e guerreira –, *e esta é uma das condições de sua existência como proprietária* (Marx, 2007, p. 436-437 [grifo meu]).

E, reforçando o vínculo entre propriedade e violência material, Marx acrescenta:

O único limite que pode encontrar a entidade comunitária em seu comportamento com as condições naturais de produção (...) como condições *suas*, é outra *entidade comunitária* que já as reclame como seu corpo inorgânico. Por isso, a *guerra* é um dos trabalhos mais originários de todas estas entidades comunitárias naturais, tanto para a

---

<sup>13</sup> “*Propriedade* não significa senão o comportamento do homem com suas condições naturais de produção como condições pertencentes a ele, suas, *pressupostas* junto à sua *própria existência*; comportamento com elas como com *pressupostos naturais* de si mesmo, que, por assim dizer, apenas constituem o prolongamento do seu corpo” (Marx, 2007, p. 452).

afirmação da propriedade como para uma nova aquisição desta. (Marx, 2007, p. 451).

Com a complexificação do ser social<sup>14</sup> e a transformação das relações de produção, a terra deixa de ser o único objeto de disputa entre as comunidades. Inúmeros fatores passam a interferir nas relações entre os diferentes grupos e, com isso, surgem novos motivos para o confronto, não necessariamente relacionados à reprodução material imediata (é o caso da religião, por exemplo). Isso, contudo, não significa que o caráter original da guerra desaparece, mas apenas que a organização militar torna-se um complexo que passa a interagir com diferentes ordens da sociedade. Com isso, a propriedade da terra deixa de ser o motivo material exclusivo das atividades bélicas<sup>15</sup> (o que não significa que sua importância é diminuída), com o que as guerras passam a responder à necessidade de controlar a produção e a distribuição de riquezas de forma indireta, como, por exemplo, através do controle de rotas comerciais.

No que se refere ao desenvolvimento econômico geral, as condições de desenvolvimento de cada comunidade ou país são diferentes por diversos motivos (localização geográfica, distribuição da população, desenvolvimento tecnológico, relação com outras sociedades etc.). A interação entre essas condições e os demais momentos de formação de uma entidade comunitária ou de uma unidade política cria sempre condições desiguais de sucesso no controle da natureza e dos meios de produção. Com isso, “o relativo equilíbrio entre tais grupos, freqüentemente bastante precário, termina sempre por ser anulado; a ascensão de um e a queda do outro emprestam ao desenvolvimento global uma face inteiramente transformada” (Lukács, 1979, p. 127). Esse é um fator que proporciona um motivo a mais para a diferenciação entre as entidades coexistentes. Pequenas diferenças, ao longo do tempo, transformam-se em grandes abismos de desigualdade no desenvolvimento dessas entidades, tanto internamente quanto externamente. Marx afirma que “a natureza da organização tribal leva por si mesma à [constituição de] linhagens superiores e inferiores, diferenciação esta que se desenvolve ainda mais pela interação com tribos subjugadas, etc.” (2007, p. 436-437). Isso também pode ser aplicado às relações entre duas comunidades formalmente independentes, como

---

<sup>14</sup> No sentido usado por Lukács (1979).

<sup>15</sup> Refere-se aqui à evolução dos motivos para a guerra no sentido lógico, não histórico.

dois Estados, por exemplo. Referindo-se aos comentários de Marx acerca da guerra contidos nos *Grundrisse*, Kohan destaca que

para este programa de investigação, que forma parte da primeira redação de *O capital* (...), o fundamento da ordem social classista baseado na exploração do homem pelo homem, e inclusive da ordem social das primeiras comunidades anteriores ao modo de produção escravista, está mediado e estruturado pela guerra (2005, p. 15).

Com o surgimento do modo de produção capitalista, o primeiro realmente social e globalizado, explicita-se plenamente as tendências ao desenvolvimento desigual, reforçando a competição entre os países e constituindo as relações de poder em um nível diferente daquele que havia entre sociedades autônomas que se encontravam esporadicamente. “O fato de que essas diversidades no ritmo do desenvolvimento econômico se convertam continuamente numa realidade [e rivalidade] político-militar não pode senão aumentar a força da tendência à desigualdade” (Lukács, 1979, p. 128). Quanto mais social for a base de reprodução material, mais a heterogeneidade dos elementos naturais é substituída pela heterogeneidade do desenvolvimento social. Essa heterogeneidade, na economia capitalista, não implica a existência de uma antítese com a legalidade geral, nem mesmo uma irracionalidade do processo global, é apenas o modo necessário de manifestação das tendências gerais de desenvolvimento desigual.

Assim, na plena vigência do capitalismo, as guerras permanecem, mas com um caráter diferente do que prevalecia anteriormente. A esfera política evolui em complexidade e a guerra declarada passa a envolver instâncias cada vez mais ditadas pelo contexto social da humanidade. Os confrontos bélicos permanecem no capitalismo assim como permanece o caráter geral da propriedade. Permanece a necessidade de controle sobre a produção e a distribuição das riquezas, mas agora ditadas sob bases capitalistas. Dessa forma, não cabe atribuir às guerras, como a uma entidade cristalizada e autônoma, um caráter imutável e trans-histórico de evolução da sociedade. O comércio entre diferentes partes do mundo sempre existiu desde que o desenvolvimento das forças produtivas permitiu ao homem produzir mais do que o necessário para a própria sobrevivência. Contudo, a dinâmica comercial foi transformada a partir da consolidação do capitalismo, a partir do momento em que toda a produção é destinada ao mercado. O mesmo se passa com as guerras. Sua

dinâmica guarda uma relação orgânica com as demais esferas da sociedade e com o contexto histórico, não é um impulso imanente do homem e das organizações sociais. Nesse sentido, a guerra não é apenas uma interrupção entre dois momentos de paz, de normalidade, não é, apesar de operar por meio de legalidades próprias, um período excepcional que faz cessar completamente as demais determinações da sociedade. A guerra está contida no funcionamento amplo do modo de produção e decorre das relações sociais típicas de cada formação social, atendendo a interesses específicos do contexto histórico em questão. A guerra comercial do período manufatureiro se transforma em guerra industrial do período capitalista. Se a primeira nunca se limitou a ações puramente econômicas, o mesmo se dá com a segunda. Porém, a dinâmica de conquista na vigência plena do capital, assim como os motivos imediatos de disputa, são distintos sob o capitalismo. Primitivamente, a incursão militar de um povo podia ter por objetivo destruir completamente o inimigo, a fim de que nunca mais representasse uma ameaça à sua própria reprodução. No capitalismo, mas não apenas nele, as guerras totais são desnecessárias, entre outros motivos, pelo fato de haver diferentes meios de dominação de um povo sobre o outro, não necessariamente baseados exclusivamente em coerção física.

De toda forma, é possível traçar paralelos entre dinâmicas diferentes de exercício de força. Assim, se as guerras comerciais durante o período manufatureiro foram uma das poderosas alavancas para a formação do capital industrial, as guerras do período industrial são um meio tão ou mais poderoso de acumulação de capital, pois é o capitalismo como sistema “que necessita da guerra e do keynesianismo militar para abrandar suas crises, seus déficits e sua falta de soluções em longo prazo para resolver as demandas da sociedade global” (Kohan, 2005, p. 6). De modo que as instâncias de poder que atravessam o capitalismo em nível mundial produzem e reproduzem permanentemente desigualdades no plano econômico, político e social. “Apesar dos relatos apologéticos, o capitalismo jamais foi plano nem homogêneo” (Kohan, 2005, p. 4).

No sistema capitalista, as atividades políticas e militares devem estar orientadas para estabelecer relações de dominação e controle em nível global. A questão, porém, não deve ser colocada no sentido de descobrir quem comanda *cronologicamente* o processo, se a necessidade econômica ou a política, já que em ambos os campos se apóiam reciprocamente e interagem de forma orgânica.

Evitando toda tentação fetichista (que tende a isolar o "fator econômico" do "fator político" do "fator ideológico" e assim por diante), nunca devemos esquecer que a sociedade não é uma somatória simples de "fatores", mas um conjunto de relações de forças sociais entre as classes (Kohan, 2005, p. 6).

De modo que nenhuma dessas dimensões (economia, política etc.) pode ser separada de forma completa, como fatores isolados. Na realidade, elas constituem diversas dimensões de uma mesma totalidade social, o que não impede que uma ação tenha um caráter predominantemente econômico ou político, por exemplo. Em todo caso, é possível discernir dois objetivos básicos da ação militar no âmbito do sistema capitalista, ainda que rivalidades latentes e mais antigas que esse modo de produção possam continuar motivando confrontos. O primeiro é assegurar o acesso aos mercados mais importantes e aos recursos estratégicos. O segundo é prevenir a emergência de novos poderes hostis, preservando ou ampliando as relações de dominação e controle vigentes.

Por tudo isso, fica claro que a competição militar desempenha um papel importante na dinâmica sistêmica do capitalismo global, mas nem por isso se deve separá-la completamente dos mecanismos que permitem a reprodução material do capital. Uma vez que um poder nacional se expande e se torna apto a exercer controle político e econômico fora do próprio território, é consequência previsível que outros poderes nacionais busquem se fortalecer para evitar cair sob o jugo do primeiro. Essa dinâmica se autonomiza e passa a se reproduzir sempre em escala crescente, o que explica a militarização progressiva da humanidade, em vez do fim das guerras. Mas tudo isso precisa ser compreendido à luz do desenvolvimento do modo de produção capitalista, pois ainda que as guerras não sejam invenção do capital, elas operam, hoje, sob sua tutela e não podem desconsiderar sua legalidade própria. Nesse sentido, os poderes nacionais não são forças autônomas, trans-históricas, naturais e inelimináveis. Marx já advertia que considerar a nação como uma unidade homogênea de interesses constitui uma falsa abstração se não se leva em conta os elementos que a constituem e a dinâmica de classes que a preenche.

Quanto a isso, também é significativa a ironia que esse autor dispensa ao polemizar implicitamente com Smith, autor de *A riqueza das nações* (1996). Diz Marx: “o século XVIII, entretanto, não chegou a compreender, na mesma medida que o século XIX, a

identidade entre *riqueza nacional e pobreza do povo*” (1984, p. 269 – grifos meus). Para Marx, a exploração do trabalhador pelo capitalista é um momento imanente ao modo de produção capitalista. Nessa formação social, a riqueza cresce *pari passu* com a exploração de trabalho não pago. A desigualdade entre as classes, mesmo em seu aspecto puramente econômico, é um produto da dinâmica de produção e apropriação e, assim que essas relações se estendem ao plano internacional, está colocada a possibilidade de que algumas nações capitalistas ocupem posições de vantagem sobre as demais, explorando-as e dominando-as. Por isso, as considerações geopolíticas só são completas ao serem levadas em conta as relações entre os países do ponto de vista da reprodução material da sociedade, do modo de produção capitalista como sistema global, o que envolve principalmente – mas não de maneira exclusiva – os aspectos políticos, econômicos e militares. Nesse sentido, a nação não pode ser entendida como uma totalidade homogênea. Dizer que uma nação é poderosa ou não, do ponto de vista político e militar, sem referência às contradições próprias do modo de produção capitalista, é incorrer no fetichismo de Estado, conferindo a este um poder por cima das complexas relações sociais das quais emerge.

#### **4. Considerações finais**

O que este trabalho procurou demonstrar é que as relações entre política e economia são bem mais complexas que a separação mecânica entre as duas esferas e, principalmente, que o pensamento marxiano não pode ser reduzido a um determinismo economicista. Através da análise da acumulação primitiva, percebe-se que a transformação das relações de produção no campo inglês detona o processo de expropriação dos trabalhadores rurais. Esse evento, contudo, não teria lugar sem a atuação de forças extra-econômicas que engendraram novas relações de poder entre as classes e que estão não apenas na raiz, mas também no tronco, nos galhos, nas folhas, flores e frutos do modo capitalista de produção.

Longe de ser um momento superado na existência do capital, a violência e as relações de poder atuam constantemente para garantir o funcionamento adequado da lei do valor. A lógica da acumulação originária se repõe constantemente na manutenção do sistema, pois o capital precisa se expandir intensiva e extensivamente. Como exemplos de intensificação das relações de exploração que requerem mediações políticas, é possível citar: a pressão pela flexibilização das relações trabalhistas, a reestruturação produtiva a

nível mundial, o incremento do desemprego e subemprego tanto em regiões centrais como periféricas, o fortalecimento da esfera financeira, a formação de grandes conglomerados capitalistas etc. Como exemplos da colonização progressiva de todas as relações de produção pelo capital, que não raro também requerem atuação autoritária das forças políticas, pode-se enumerar: a mercantilização do saber, do patrimônio biológico e genético, do mundo virtual, de recursos básicos ainda não – ou apenas parcialmente – submetidos ao capital (como água e o oxigênio) etc.

Para avançar em todos esses campos, o capitalismo precisa reproduzir suas relações de poder, contando para isso com a participação do Estado, núcleo de poder e de violência da sociedade. A depender da conjuntura histórica e das relações de forças entre as classes (tanto interna como externamente), o Estado pode atuar como catalisador das relações de produção ou mesmo como inaugurador de determinadas formas de exploração capitalista, criando novos campos para a relação capital-trabalho que sejam proveitosos para a economia capitalista como um todo.

Como visto, Marx adota uma postura teórica que não se limita à rigidez antitética entre economia e violência. Assim, enfatiza que a dialética entre os momentos econômicos e extra-econômicos perpassa toda a história da humanidade. A violência, portanto, tem um papel decisivo na trajetória de expansão das forças produtivas. Da escravidão à servidão feudal, cujas premissas residem na capacidade gradativamente adquirida pelo homem de produzir mais do que o necessário para se manter, até à fixação da jornada de trabalho no capitalismo, “à violência resta um momento integrante da realidade econômica de todas as sociedades de classe” (Lukács, 1979, p. 75).

O método dialético de Marx se baseia na convicção de que, no ser social, o econômico e o extra-econômico se convertem continuamente um no outro, estão numa ineliminável relação recíproca, da qual, porém, não deriva nem um desenvolvimento histórico privado de leis, nem uma determinação mecânica imposta por leis econômicas abstratas. A dialética consiste, portanto, em compreender todo fato como parte de um complexo dinâmico dentro do qual atuam vários complexos particulares. A resultante dessas forças é a síntese de um momento concreto. A relação entre os complexos econômico e extra-econômico deve ser vista, portanto, como de identidade e não-identidade. Um não pode ser resumido ao outro, mas ambos interagem sempre na



determinação do concreto. É nesse ponto que reside a compreensão dos dois momentos como uma unidade orgânica, tal como realiza Marx.

### Referências bibliográficas

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

KOHAN, Nestor. *Marx en su (tercer) mundo*. Disponível em: <http://loscriticosbr.files.wordpress.com/2010/01/kohan-marx-en-su-tercer-mundo1.pdf> s.d.a.

\_\_\_\_\_. *El capital – historia y método – introducción*. Disponível em: <http://loscriticosbr.files.wordpress.com/2010/01/kohan-el-capital-historia-y-metodo.pdf> s.d.b.

\_\_\_\_\_. *Guerra y militarismo en el imperialismo contemporáneo*. Disponível em: <http://loscriticosbr.files.wordpress.com/2010/01/kohan-guerra-y-militarismo-en-el-imperialismo-contemporaneo.pdf>, 2005.

LUKÁCS, Georg. *Ontologia do ser social: princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

Marx, Karl. *Lutas de classes na França de 1848 a 1850*. In: *Karl Marx - Friedrich Engels – obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-ômega, [1850] s.d.

\_\_\_\_\_. *O capital*, Livro I, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

\_\_\_\_\_. *O capital*, Livro III, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. *A questão judaica*. São Paulo: Moraes, 1991a.

\_\_\_\_\_. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse 1857-1858)*, vol. 1. México, DF: Siglo XXI, 2007.

OSORIO, Jaime. *El Estado en el centro de la mundialización – La sociedad civil y el asunto del poder*. México, D.F: Fondo de Cultura Econômica, 2004.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.